

ACTA NÚMERO 30

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1.º andar, em Lisboa, reuniu o Conselho Consultivo Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) da Entidade Nacional para o Sector Energético, E.P.E. (de ora em diante, ENSE), pessoa coletiva número 506084361, com o capital social de duzentos e cinquenta mil euros, integralmente realizado, regularmente convocado nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de Agosto, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um: Nota de Abertura pelo Presidente do Conselho Consultivo -----

Ponto Dois: Nota de Boas Vindas do Presidente do Conselho de Administração da ENSE -----

Ponto Três: Apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020 (PAO 2020); -----

Ponto Quatro: Apresentação da proposta do montante das prestações anuais unitárias para 2020. -----

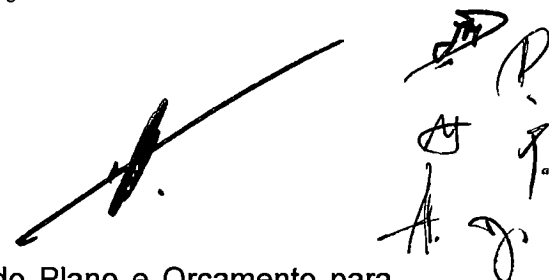
Ponto Quinto: Emissão de Parecer quanto ao Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020 (PAO 2020), apresentado pelo Conselho de Administração da ENSE”, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da ENSE”-----

Ponto Sexto: Emissão de Parecer quanto às *prestações unitárias propostas pelo Conselho de Administração ENSE para o ano de 2020*, nos termos do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da ENSE;-----

Ponto Sétimo: Outros assuntos -----

Encontravam-se presentes os seguintes membros do Conselho Consultivo (CC):--
Sr. Eng. Francisco Vieira, que preside, Sr. Eng. António Comprido da APETRO, em representação dos operadores petrolíferos sujeitos às obrigações de constituir reservas, o Sr. Dr. António Belo Morgado, em representação da Autoridade Tributária e Aduaneira, Sr.^a Dr.^a Mariana Pereira e o Sr. Eng. António Domingues, em representação da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, Sr. Dr. Filipe Meirinho, Presidente do Conselho de Administração da ENSE, e ainda, na qualidade de observadores, o Sr. Prof. José Azevedo Pereira e o Sr. Dr. Paulo Mateus, respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho Fiscal da ENSE. Encontravam-se também presentes os seguintes colaboradores da ENSE: a Dra. Helena Sanches, Chefe da Unidade de Apoio Geral, o Dr. Nuno Matias, Chefe da Unidade de Reservas Petrolíferas, o Dr. David Sá Pires, Chefe do Departamento Financeiro e de Recursos Humanos, o Dr. Fernando Pinto, Chefe da Unidade de Controlo e Prevenção, a Dra. Lúcia Glórias, contabilista certificada e a Dra. Sofia Ferro da Costa, Especialista Sénior no Departamento Jurídico e de Contencioso que secretariou a reunião. -----

Entrando no **Ponto Um** da ordem de trabalhos, começou por fazer uso da palavra o Presidente do Conselho Consultivo da URP que deu as boas vindas aos presentes, mais tecendo elogios ao PAO 2020, o qual se encontra muito bem elaborado e com muita informação pertinente e rigorosa, mais congratulando a ENSE, na pessoa do seu Presidente, pela atividade que esta entidade vem desenvolvendo. Ainda no uso da palavra, mais informou os presentes da junção pelo representante dos operadores petrolíferos sujeitos à obrigação de constituir reservas, o Sr. Eng. António Comprido, apresentou um documento contendo uma

A large handwritten signature is written across the top right of the page. To its right, there are several smaller handwritten initials and marks, including what appears to be 'P.', 'A.', and 'J.'.

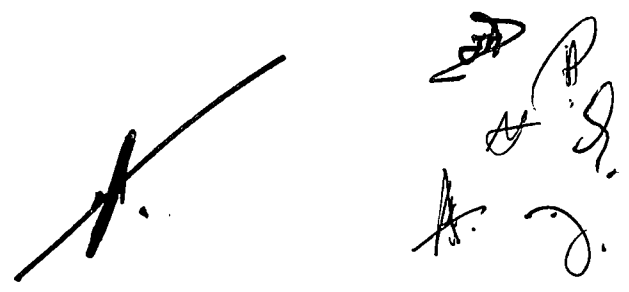
lista de questões a esclarecer durante a discussão do Plano e Orçamento para 2020, e as quais se prendem com preocupações dos referidos operadores, associados da APETRO, documento o qual fica em anexo à presente ata e qual irá ser distribuído pelos Srs. Conselheiros e membros do Conselho Fiscal da ENSE, e objeto de resposta no decurso da presente reunião.-----

E entrando no **Ponto Dois** da ordem de trabalhos, deu palavra ao Presidente do Conselho de Administração da ENSE, o Dr. Filipe Meirinho, que agradeceu as palavras do Presidente do CC da Unidade de Reservas Petrolíferas, deu as boas vindas aos presentes. Ainda no uso da palavra da palavra, o Dr. Filipe Meirinho deu nota que o PAO de 2019, aprovado a meio do ano de 2019, continua a ser cumprido normalmente, que as contas foram aprovadas pela Tutela, que as introduções ao consumo continuam a subir e que, conformemente ao já falado na última reunião havida em setembro, continua-se a verificar o incumprimento do pagamento da obrigação de constituição de reservas por parte de operadores inadimplentes já sinalizados, não havendo ainda despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da energia de suspensão do despacho de produtos a introduzir no mercado pelos operadores em incumprimento. E continuando no uso da palavra, o Presidente do Conselho de Administração informou ainda que o montante das prestações unitárias tem vindo a aumentar. Como nota introdutória explicativa, informou que, aquando da decisão do Governo, em 2013, de que as reservas portuguesas, até então armazenadas em cavernas na Alemanha, deveriam passar a estar armazenadas em território nacional, a solução encontrada foi a de que as mesmas reservas ficassem armazenadas nas instalações da Petrogal, a um custo similar ao pago pela armazenagem na Alemanha, tendo-se

celebrado contrato de armazenagem com a Petrogal. No início do corrente ano, a Petrogal informou a ENSE que, por decisão dos seus acionistas, a tarifa mensal contratada, devida pela armazenagem, passaria a ser consentânea com as tarifas de mercado, o que implica, desde logo, um aumento do custo de armazenagem. Assim, e como cenário futuro expectável, o Presidente do Conselho de Administração da ENSE, aponta uma tendência de agravamento do custo das prestações unitárias em função do custo de armazenagem, sendo que a perspectiva será a do incremento da quantidade de reservas a constituir uma vez que as introduções ao consumo têm vindo a aumentar, como referido.-----

De seguida, pediu a palavra a Dr.^a Helena Sanches, Chefe da Unidade de Apoio Geral, que deu nota da novidade introduzida no PAO 2020, materializada na prestação de serviço interno da UCP à URP de auditoria/fiscalização às reservas, na sequência da publicação do novo Decreto-Lei referente às reservas e que vem estabelecer a possibilidade de fiscalização *in loco* às reservas detidas pelos operadores. Esta nova prestação de serviços da UCP à URP decorre de uma lógica de aproveitamento do *know how* interno, com ganhos de racionalidade económico pelo aproveitamento de recursos internos, com poupanças evidentes. -----

Entrando, de seguida no **Ponto Três** da ordem de trabalhos, começou por tomar a palavra o Dr. Nuno Matias, Chefe da Unidade de Reservas Petrolíferas, para dar conta de um real aumento das introduções ao consumo em 2019 (1,47% acumulado a Outubro), face a 2018 (conforme documentação de suporte projetada durante a reunião que ficará arquivada em anexo à presente ata), com a consequente materialização do aumento das reservas a constituir, o que vai em linha de conta com os projetos e medidas implantadas no que diz respeito a medidas de mitigação

A large handwritten signature is written across the top right of the page. To its right, there are several smaller handwritten initials and marks, including what appears to be 'P.S.' and other illegible scribbles.

de risco. -----

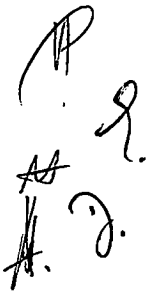

Tomando de seguida a palavra o Dr. David Sá Pires, Chefe do Departamento Financeiro e de Recursos Humanos para apresentar o Plano de atividades e Orçamento de 2020, o qual contempla as prestações unitárias a propor para o ano de 2020, no valor de €1,99/mês/Tcoe (um euros e noventa e nove cêntimos), para todas as categorias de produtos sujeitas a reservas. No âmbito da sua apresentação ao Orçamento para 2020, fez especial referência ao aumento dos custos operacionais da URP, os quais se prendem, nomeadamente, com o aumento do custo com a parcela de crude armazenado na Petrogal; com o acréscimo do valor previsto para a rotação de produto face a 2019; aumento com os custos com os contratos tickets atenta a projeção de aumento da aquisição de tickets em 2020, (i.e., assunção de que os operadores vão solicitar mais tickets e isso corresponde a um agravamento dos gastos); acréscimo FSE, o que se prende, desde logo, com a nova prestação de serviço interna da UCP à URP mencionada; acréscimo com a dotação para o fundo estatutário para 2020, incremento o qual está em linha de conta com o orçamentado e que decorre do aumento global de custos; acréscimo com os juros do empréstimo obrigacionista; e mais deu nota de um aumento dos rendimentos atento o aumento das reservas por via do aumento dos contratos tickets.-----

Ainda no uso da palavra, e entrando no **Ponto Quatro** da ordem de trabalhos; o Dr. David Sá Pires, como nota introdutória, deu nota da previsão de oscilação dos valores das prestações unitárias, enumerando como causas para tal oscilação, a evolução do mercado de reservas bem como, o aumento do custo de armazenamento decorrente da revisão do contrato celebrado com a Petrogal. E

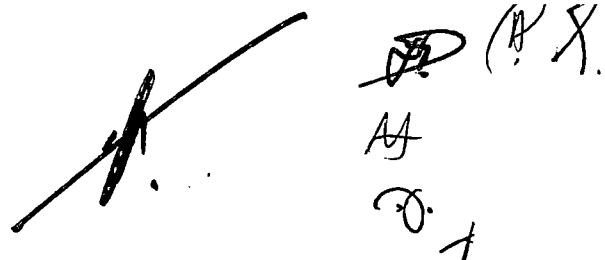
continuou, fazendo uma comparação das prestações unitárias entre os anos de 2018, que para todas as categorias de produtos se fixaram em 1,74 €/TonCoe/mês, de 2019, que para todas as categorias de produtos se fixaram em 1,81 €/TonCoe/mês e as prestações a propor para o ano de 2020, de 1,99€/TonCoe/mês, dando nota de, por comparação a 2019, verifica-se um acréscimo de 9,9% para 2020, o que, como referido, se prende com os maiores custos com a armazenagem, face ao que, pedindo a palavra o Dr. Nuno Matias referiu que o que estava em linha com o que já tinha acontecido com os tickets em 2018. Em resposta, tomou a palavra o Eng. António Comprido, referindo que compreendia a oscilação no caso dos tickets mas não compreendia a maior oscilação dos custos com os contratos de armazenagem, entendendo que os mesmos contratos deveriam ser de longo prazo por forma a aproveitar valores mais atrativos. E reportando-se ao período em que as reservas nacionais estavam armazenadas em cavernas na Alemanha, referiu que faria sentido aproveitar os benefícios de se estar no mercado único, com contratos de armazenagem a preços mais atrativos. Mais referiu que, pese embora entenda a legitimidade da decisão do Governo de em 2013, de deslocar para Portugal as reservas nacionais das até então em cavernas na Alemanha, destaca que a mesma não resulta de uma iniciativa de gestão da, à altura EGREP, agora ENSE, mas sim de uma decisão política do Estado, acionista único da ENSE, e que agora se traduz num efeito gravoso aos operadores. A verdade é que a APETRO, que representa em última linha os operadores obrigados à constituição de reservas, vê pouca racionalidade económica na medida, atento, por um lado à inexistência de valor económico associado ao risco acrescido com a mobilização de reservas fora de território nacional e, por outro, porque os custos com a armazenagem em

território nacional têm vindo a aumentar. Pediu, de seguida, a palavra o Presidente do Conselho de Administração da ENSE, para referir que, reportando-se ao contrato de armazenagem com a Petrogal, não há solução alternativa no mercado interno para a armazenagem das reservas.-----

Tomou de seguida a palavra o Presidente do Conselho Consultivo para, reportando-se ao documento junto pela APETRO, fosse o mesmo objeto de discussão entre os presentes. E dando palavra ao Eng. António Comprido, questionou o mesmo qual a comparação feita pela ENSE, enquanto ECA, entre os custos de armazenagem nas instalações POLNATO face aos valores de mercado. Pediu a palavra a Dr.^a Mariana Pereira, em representação da ERSE, para referir que esta entidade fez essa conta, porquanto não estava plasmada no plano, mais tendo questionado sobre o custo unitário das reservas armazenadas no DPNL, por tonelada, em comparação com o custo de armazenamento na Petrogal. Para exercício de resposta, pediu a palavra o Dr. Nuno Matias para informar que se verifica um acréscimo de poupança operacional, sendo nessa medida, e à exceção com os custos com a rotação, o custo no DPNL é substancialmente menor. Ao que a Dr.^a Mariana Pereira questionou qual a periodicidade da rotação, tendo o Dr. Nuno Matias respondido que a mesma é feita a cada 4 a 5 anos. Tomando de seguida a palavra o Eng. António Comprido, questionou o mesmo para quem revertem as benfeitorias que a ENSE está a realizar quer ao nível do plano de investimentos quer em termos de operações correntes na POLNATO, tendo o Presidente do Conselho de Administração da ENSE pedido a palavra para, em resposta, informar que o investimento feito é dedutível na renda a paga ao Ministério da Defesa. No termos do contracto em vigor, a ENSE pode deduzir até €800.000 em investimento sobre



uma renda anual de cerca de €1.100.000. Continuou o Eng., António Comprido, questionando se o Balcão Único, e, bem assim, o seu custo de financiamento, é suportado pela URP ou se constituiu um custo partilhado. Ao que o Presidente do Conselho de Administração da ENSE respondeu que era um custo partilhado, estando sob a alçada da UAG. E reportando-se aos resultados conseguidos até à data relativamente à adoção do Balcão Único por outros organismos, mais informou que a ERSE está a utilizar o mesmo, o LNEG também, embora de forma limitada, apenas para efeitos de verificação da sustentabilidade dos biocombustíveis, e bem, assim a AT. Ao que pediu a palavra a Dr.ª Mariana Pereira para referir que a ERSE tem feito um esforço de coordenação por forma a não criar mais custos de contexto e tem corrido bastante bem. Voltando a tomar a palavra, o Eng. António Comprido questionou o actual critério que preside à alocação de custos da ENSE à URP (91,7%), nomeadamente o aumento dos custos de pessoal em 23.4%, estar a ser suportado pela URP e, em última linha, pelos operadores obrigados à constituição de reservas, entendendo que deveria ser alterada a atual chave de alocação de custos, materializada em custos partilhados, por forma a ser mais consentânea com a atividade que a UAG e a UCP prestam à URP, devendo ser mais fiel à atividade realmente exercida pela URP. Pediu a palavra o Presidente do Conselho de Administração da ENSE para informar que, reconhecendo a preocupação dos operadores obrigados à constituição de reservas, associados da APETRO, organicamente não é possível separar a URP das restantes unidades. Tomou, então, a palavra o Presidente do Conselho Consultivo para, atenta a referida preocupação dos operadores obrigados à constituição de reservas, e tendo em conta as novas competências da ENSE e, conseqüentemente, novos custos para a

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page. The signature is a large, stylized mark, and the initials are smaller, appearing to be 'AA' and 'D. X.'.

entidade, questionar se não faria sentido fazer uma nova reflexão quanto à atual chave de alocação de custos. Para resposta, tomou a palavra o Dr. David Sá Pires para apresentar um quadro justificativo e explicativo comparando os actuais gastos transversais da ENSE com os que presumivelmente se verificariam se esta Entidade fosse constituída apenas pela URP, o qual ficará arquivado em anexo à presente data ata, tendo concluído que a diferença entre a situação atual de custos partilhados e a de custos desagregados (só URP) no cálculo da prestação unitária a suportar pelos operadores, é marginal. Pediu, de seguida, a palavra, o Eng. António Comprido que referiu que, tendo dúvidas quanto à referida diferença ser apenas marginal, o melhor critério para chave de alocação seria a de consideração como custos da URP apenas aqueles que a URP e teria se fosse uma unidade isolada, sendo, no seu entender, necessário voltar a rever o critério de contabilização de custos transversais, ainda que, eventualmente, não haja um verdadeiro impacto material, a bem de uma maior transparência. Tomando a palavra o Presidente do Conselho Consultivo, referiu que a questão da chave de alocação dos de custos transversais é, de facto, um assunto importante, tendo sugerido que se volte a visitar o assunto durante o próximo ano, numa altura em que o quadro orgânico da ENSE e o tipo de actividades que decorre das suas competências legais já estejam razoavelmente consolidados. -----

Tomando de seguida a palavra o Presidente do Conselho Fiscal, informou o mesmo que, pese embora ainda não tenha sido publicado o Orçamento de Estado para o ano de 2020 e salvaguardando as eventuais oscilações macroeconómicas das cotações o mercado petrolífero, o PAO para 2020 reflete razoavelmente as actividades da ENSE, estando reunidas as condições para a emissão de Parecer

Favorável ao mesmo.-----

Terminadas as intervenções, e entrando no **Ponto Quinto**, o Presidente do Conselho Consultivo tomou a palavra para colocar à votação a seguinte proposta de Parecer do Conselho Consultivo: "O Conselho Consultivo dá parecer favorável à aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020 (PAO 2020), apresentado pelo Conselho de Administração da ENSE", parecer emitido nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da ENSE"-----

A proposta foi aprovada por unanimidade de todos os Conselheiros.-----

Do mesmo modo, e entrando no **Ponto Sexto** da ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Consultivo colocou à votação a seguinte proposta de Parecer do Conselho Consultivo: "*O Conselho Consultivo dá parecer favorável às prestações unitárias propostas pelo Conselho de Administração ENSE para o ano de 2020, no valor de €1,99/mês/TonCoe.*", parecer emitido nos termos do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da ENSE;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

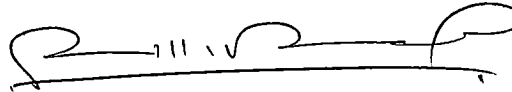
E nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Consultivo da URP deu por encerrados os trabalhos pelas 18h, tendo sido elaborada a presente ata a qual, depois de lida e assinada, vai ser arquivada no respetivo livro. -----

O Presidente do Conselho Consultivo



Francisco Vieira

Vogais do Conselho Consultivo



António Comprido, em representação da APETRO



António Belo Morgado, em representação da Autoridade Tributária e Aduaneira

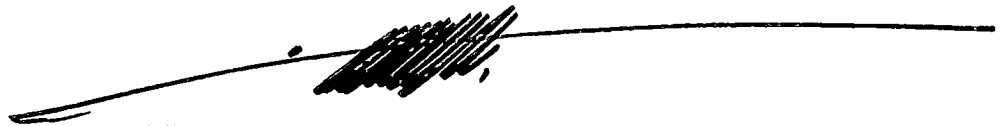


Mariana Pereira, em representação da ERSE



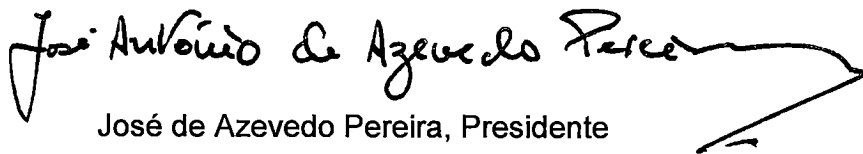
António Domingues, em representação da ERSE

Conselho de Administração da ENSE



Filipe Meirinho, Presidente

O Conselho Fiscal da ENSE



José de Azevedo Pereira, Presidente



Paulo Mateus, Vogal